

**A SIMBIOSE ENTRE LINGUÍSTICA E CULTURA
NO PROCESSO DE CELTIZAÇÃO
DAS COMUNIDADES INDÍGENAS — UM *CASE STUDY*
DOS *APPORTS* ESTRUTURANTES ENTRE A PROTO-
HISTÓRIA E O PERÍODO MEDIEVAL
DO OESTE PENINSULAR**

J.M. Branco Freire

INTRODUÇÃO

Antropologicamente falando, as comunidades locais inseridas nas regiões oeste peninsulares, pelo menos desde os finais da Idade do Bronze (\pm 1200-800 a.e.c.), receberam a par com a sua integralidade social e etnicidades próprias, *apports* multi-regionais de várias origens. As organizações sociais e étnicas basearam-se numa mistura entre culturas locais e os devidos e consequentes conteúdos do foro pluri-regional. A Cultura concretizou-se com uma mescla complexa do substrato indígena que, recebendo influxos ora temporários ora definitivos, originários tanto da fachada atlântica como do interior europeu (sem olvidar a importância dos contactos mediterrâneos de cariz mercantil), provocou uma caracterização heterogénea das sociedades locais.

A linguagem, forma de comunicação por excelência, teve por base uma mescla milenar/secular continuada entre a forte presença do Indo-Europeu e os *apports* mais tardios das Línguas Célticas existentes em variegadas regiões transeuropeias; originadas aquelas no Céltico Comum, em movimentação caracterizada pelo menos desde o 2º milénio a.C. (Mallory 2001). Sem esquecer essoutra linguagem dita Ligur, cujas inferências peninsulares apesar de díspares, revelam no entanto outra possibilidade de entrosamento cultural (Monteagudo 1981).

A Celtização terá então sido formada por características mistas, baseadas de início e essencialmente por influxos populacionais migratórios e não por simples “aculturações”, deslocações essas que doravante, permitirão a existência de uma certa “celticidade” em variegados aspectos dos diversos panoramas culturais e sociais (em oposição a James 2002).

Na análise paleo-antropológica da cultura e da linguística surgem assim a dispersão toponímica (dentro dos estudos da onomástica: orónimos, hidrónimos, antropónimos e ainda exónimos e teónimos), permitindo caracterizar a instalação e o desenvolvimento da Linguística Céltica. O apanágio dos cultos do panteão mitológico indo-europeu e celticizado autoriza, não só, a identificação de divindades e possíveis celebrações, assim como uma confrontação efectiva entre estes e outros nomes/cultos “célticos” transeuropeus (Maier 1997).

1. A LINGUÍSTICA – PROCESSOS E COMPLEXIDADES CONDUCENTES À CELTIZAÇÃO DO OCIDENTE PENINSULAR – IDEIAS SOBRE UMA CONCRETIZAÇÃO DE ETNICIDADE

A instalação e posterior evolução das Línguas Célticas revelam-se em pormenores de caracterização filológica cronologicamente consequentes. As migrações conducentes à vinda dos falares célticos para o Ocidente Peninsular sucederam-se por fases, fases essas claramente analisadas e entendidas face à própria catalogação das evoluções dos dialectos afins. Através do estudo evolutivo das diferentes fases das linguagens é possível caracterizar diversas migrações reais, ocorridas estas em diversas épocas cronológicas; aqui não analisadas em termos arqueológicos mas, necessariamente filológicos.

No arcaísmo das composições retiradas dos textos dos Autores Antigos assim como dos registos epigráficos e da onomástica-toponímica existentes, torna-se possível caracterizar e, sobretudo, comparar a devida evolução dos falares célticos existentes na Proto-História Peninsular. Se bem que nem sempre fácil de adjectivar cronologicamente, pelo menos será provável uma equiparação com outros dados do Centro e Noroeste Europeus.

Existiriam essencialmente três fases de acordo com o estudo das várias evoluções dentro das Línguas Célticas, tanto faladas como tardiamente escritas em várias regiões transeuropeias.

1.1. A primeira fase terá provavelmente ocorrido, nunca de uma só vez mas revezadamente, por intermédio de migrantes em contextos culturais talvez de tempos incertos, pós Campos de Urnas (\pm 1300-750 a.e.c.)¹ e entre as cronologias de Hallstatt (\pm 1200-800-500 a.e.c) e de La Tène (\pm 450-50 a.e.c.).² Estas deslocações trouxeram linguagens de matriz Indo-Europeia que vieram juntar-se ao foro já existente, provavelmente (?) instaladas entre as distantes cronologias do Neolítico (\pm 4.000 a.e.c.>) e do Calcolítico (\pm 2900-1900 a.e.c.).

É possível assim estabelecerem-se parâmetros outros baseados tanto na evolução de padrões linguísticos, já referidos, como também por estudos do foro mitológico. O que nos interessa referir aqui, pela sua ligação à

¹ Almagro-Gorbea 1993, 121-173.

² Monteagudo 1982.

Península Ibérica, é o Ciclo Mitológico ou das Invasões (*Leabhar Gabala*).³ Nele se descrevem as estórias das cinco invasões que sobrepujaram diversas culturas aos povos irlandeses pré-históricos. Precisamente na 5ª invasão, o texto expressa relatos da derrota dos *Thuata de Danaan*, o povo do deus Dana, que teriam sido conquistados pelos Milesianos — filhos de Miled; originários das Espanhas (*Mil Espanie*).

A referência a estes contos mitológicos não pretende tornar-se caracterização *sine qua non* de qualquer povo ou cultura arcaicas existentes. Dito isto, possibilita isso sim e, tão somente, uma tentativa de alargar argumentações com vista a outra compreensão dessas sociedades proto-históricas. Não pode, no entanto, ser considerada como prova-provada de qualquer identificação cultural de feição plenamente científica. De igual modo, não deve também ser de imediato demitida de qualquer fonte de informação ou registo; deverá sim ser contemplada de maneira crítica mas passível de fornecer ideias inerentes à padronização mitológica Indo-Europeia, de um ponto de vista generalizado, claro está.

1.2. A segunda fase, se bem que possivelmente alargada, rondaria as cronologias iniciais-médias de La Tène, ou seja entre 500-300 a.e.c. Esta possibilidade reside na existência de uma evolução clara na linguística regional, evolução essa que demonstra um desenvolvimento entre os processos arcaicos, mais antigos, e a sua renovação a par com outros horizontes sintomáticos do centro Europeu.

1.3. A terceira fase existe já em período medieval, aquando das movimentações migratórias insulares em direcção do continente, motivadas estas pela expansão de povos germânicos durante os séculos VI-X. Esta última fase trouxe elementos das Línguas Célticas mais recentes, cumulativos entre influências do Córnico e do Bretão.

Sendo a linguagem um ponto de encontro entre diversos povos e culturas, é sobremaneira importante entenderem-se os mecanismos pelos quais a clonagem de palavras ou de ideias é replicada entre entidades etnogenéticas diversas. Nos diversos Processos de Formação de Etnogénese⁴ a evolução da linguagem permanece como um dos factores de maior importância face à identificação própria de culturas, tanto vivas como mortas.

De facto, o discurso permite identificar tanto origens como a intrusão de aculturações, quer distantes quer regionais. A possibilidade de se identificar uma linguagem em determinado povo ou cultura, permite relacionar-se tanto o seu horizonte original como posteriores factores que influenciaram a sua construção cultural contínua. O agenciamento social (Barrett 2001) autoriza que uma língua é um factor pleno de caracterização

³ Rolleston 1993.

⁴ Branco Freire 2003: factores que influem na criação, formação e no desenvolvimento das identidades das sociedades antrópicas pré-históricas.

de qualquer povo. O conhecimento e as práticas sociais são engendrados por intermédio de dois tipos de acções, nem sempre cronologicamente consentâneas ou culturalmente equidistantes: acções endógenas e exógenas. As duas fazem parte omnipresente da formação ou evolução de um etnos ou cultura particulares.

A comunicação é facilmente entendida como um dos factores mais importantes no desenvolvimento de determinadas sociedades. O discurso coerente e entendido por todos permite a idealização de uma coesão social, coesão essa que se pode então dispersar numa diferenciação social hierárquica, em que diferentes estratos agem e comportam-se diferentemente por um mesmo objectivo comum. Comunicar é assim, não só um factor de entendimento mas, e sobretudo, um factor de diversidade social. A linguagem pode ser assim caracterizada tanto como factor de identidade étnica (Jones 1997) como de união social ou ainda garante de individualidade dentro de uma cultura.

CONCLUSÃO

A celtização do Oeste Peninsular, quando existente, ter-se-á constituído *au fur et à mesure* de vários eventos antrópicos ocorridos ao longo de outras tantas cronologias possíveis. A exposição constante de uma língua permite-nos entender as diversas constantes que possibilitam o entendimento da introdução de diversos dialectos celtas, ocorridos estes em ambientes antrópicos diversificados e, sobretudo, cronologicamente alternados e distantes. Por celtização, entendemos assim, serem os processos essencialmente linguísticos (nunca exclusivamente) que auxiliaram a formação de núcleos culturais precisos e particulares na Proto- História Peninsular e no Período Alto-Medieval, neste caso das regiões Oeste do Centro e Norte de Portugal e Galiza.

O Lusitano-Galaico é assim considerado por nós como uma linguagem céltica, oriunda de um complexo mosaico cultural transregional peninsular⁵. Encontra-se a par com o Celtibérico como uma das mais importantes formas discursivas, tendo no entanto formações arcaizantes outras, assim como influências locais translinguísticas significativas (ex. elementos arcaicos do Celtibérico e tardios do Latim). Possui um bem menor número de epígrafes reais do que o Gaulês (Lambert 1997) ou o Celtibérico, pelo que e, no entanto como estes, tem que ser completada e interpretada com base em extrapolações de base literária e toponímica filogenéticas comparativas.

A sua localização geográfica, de difícil precisão, abarcaria possivelmente os territórios mais a Oeste das áreas de influência celtibéricas, extrapolados como parte importante de Portugal e Galiza, assim como algumas zonas limítrofes transfronteiriças (parte da Betúria, Vetónia, Astúrias, etc; em conjunto com o Hispano-Celta). Convém precisar que não

⁵ Untermann 1965, 1987; Prosdocimi 1989; Guerra 1998, 2009; Branco Freire 1999.

pensamos ter havido uma clara e totalizante celtização de todos aqueles territórios, pois que tal seria de complicada assertividade face à existência conhecida nos meios literários e arqueológicos de quer povos locais mais antigos assim como de outros migrantes alógenos não-Celtas.

BIBLIOGRAFIA

- Almagro-Gorbea 1993: M. Almagro-Gorbea, “Los Celtas en la Península Ibérica: origen y personalidad cultural”, in *Los Celtas: Hispânia y Europa*, Actas del Escorial, Universidad Complutense de Madrid 1993, 121-173.
- Barrett 2001: C. J. Barret, “Agency, The Duality of Structure, and the Problem of the Archaeological Record”, in Ian Hodder, *Archaeological Theory Today* – Polity Press, 2001.
- Branco Freire 2003: J.M. Branco Freire, “A Epistemologia Arqueológica e o Estabelecimento de Padrões-Modelo na Etnogénese dos Povos Peninsulares: um contributo à caracterização dos “territórios lusitanos”” — um ensaio nas Teorias da Arqueologia: breves ideias de base histórico-cultural, etnoarqueológica e de Arqueologia Interpretativa —, in *Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final Y Hierro en la Península Ibérica*, Salamanca, ed. Cátedra Don Juan de Borbón, Conde de Barcelona, Fundacion Duques de Soria, 2003, 398-417.
- Guerra 2009: A. Guerra, “A Questão do Celtismo no Noroeste Peninsular: uma perspectiva onomástica”, in *Nas Alturas dos Celtas*, Colóquio Internacional ‘Boticas no Tecto do Mundo’, 2009 (no prelo/a publicar).
- Guerra 1998 : A. Guerra, *Nomes Pré-Romanos no Ocidente Peninsular*, – Tese de Doutoramento-História Clássica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998.
- James 2002: S. James, *Exploring the World of the Celts*, London 2002.
- Jones 1997: S. Jones, *The Archaeology of Ethnicity – Constructing identities in the past and present*, London & New York 1997.
- Lambert 1997: P.-Y. Lambert, *La Langue Gauloise*, Paris 1997.
- Maier 1997: B. Maier, *Dictionary of Celtic Religion and Culture*, Boydell Press 1997.
- Mallory 2001: J.P. Mallory, *In Search of the Indo-Europeans, Language, Archaeology and Myth*, London 2001.
- Prosdocimi, 1989: A., “La iscrizione gallica de Larzac e la flessione dei temi in –a, -i, -já. Com un ‘excursus’ sulla morfologia del Lusitano: acc. *Crougin*, dat. *Crougeai*.”, *IF* 94, 1989, 190-205.
- Renfrew 1990: C. Renfrew, *Arqueología y Lengua. La cuestión de los orígenes indoeuropeos*, Barcelona 1990.

J.M. Branco Freire

- Rolleston, 1993: T.W. Rolleston, *The Illustrated Guide to Celtic Mythology*, Studio Editions 1993.
- Untermann 1987: J. Untermann, “Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch“, in: J. Gorrochategui, J. L. Melena y J. Santos (eds.), *Studia Palaeohispanica. IV CLCP (= Veleia 2-3)*, Vitoria 1987, 57-76.
- Untermann 1965: J. Untermann, *Elementos de un Atlas Antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid 1965.

J.M. Branco Freire
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
e-mail: jfreire444hotmail.com